



POLÍTICA

Em troca de auxílio de R\$ 250, PEC Emergencial pode acabar com piso para saúde e educação

O relatório preliminar do senador Márcio Bittar autoriza o uso de 'crédito extraordinário' para bancar a nova rodada do benefício

LEONARDO MIAZZO 22 DE FEVEREIRO DE 2021 - 18:30



O MINISTRO DA ECONOMIA, PAULO GUEDES FOTO: EDU ANDRADE/ASCOM/ME



O substitutivo que altera o projeto original da PEC Emergencial ganhou uma versão preliminar que propõe uma série de mecanismos de controle dos gastos públicos nos níveis municipal, estadual e nacional.

A proposta, de relatoria do senador Márcio Bittar (MDB-AC), agrada o governo de **Jair Bolsonaro**, em especial o ministro da Economia, **Paulo Guedes**, obcecado pela desvinculação dos pisos sobre a saúde e a educação. Se o texto for aprovado, esses setores deixarão de contar com um valor mínimo para investimento.

Leia também:



Sem programa federal, municípios de ao menos 14 estados fornecem auxílio

Atualmente, o reajuste dos investimentos da União em saúde e educação toma como base a inflação do ano anterior. Os estados devem destinar 12% da receita à saúde e 25% à educação. Já os municípios investem, respectivamente, 15% e 25%.

"Eu preferi manter a questão da desvinculação da receita. Devolver aos municípios, aos estados e à União o poder de legislar sobre uma das leis mais importantes, que é a do Orçamento", afirmou Bittar nesta segunda em entrevista à *GloboNews*. "Até porque vincular o Orçamento da União, [o Brasil] é o único País democrático no mundo que tem esse grau de vinculação, não resolveu nada."

A PEC Emergencial é vista pelo governo como fundamental para a renovação do auxílio emergencial. O valor dessa nova rodada do benefício, no entanto, não chegará nem à metade dos 600 reais pagos em 2020. A proposta do governo é pagar quatro parcelas de 250 reais a até 40 milhões de pessoas. O custo total, segundo a equipe econômica, deve ser de 40 bilhões de reais.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG) espera receber a proposta de auxílio emergencial logo após a aprovação da PEC Emergencial.

"O que nós vamos pretender é que, uma vez aprovado no Senado Federal, já haja por parte do governo uma efetivação do auxílio emergencial, considerando que há uma tendência muito clara da Câmara diante da importância disso para o País também aprová-la no tempo que seja adequado", afirmou Pacheco nesta segunda-feira 22.

RECEBA AS NOTÍCIAS DE CARTACAPITAL TODOS OS DIAS NO SEU E-MAIL

A importância dada pelo governo à PEC Emergencial para a recriação do auxílio reside no fato de que o relatório preliminar de Márcio Bittar prevê que os custos do programa não entrem na regra do teto de gastos. Com isso, o uso de crédito extraordinário – nova dívida – pagará o benefício.

Diz trecho do relatório: "Desde que não impliquem despesa obrigatória de caráter continuado, as proposições legislativas e os atos do Poder Executivo com propósito exclusivo de enfrentar a calamidade e suas consequências sociais e econômicas, com vigência e efeitos restritos à sua duração, ficam dispensados da observância das limitações legais quanto à criação, à expansão ou ao aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa e à concessão ou à ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita."

Bittar também prevê uma série de mecanismos para "ajustar" as contas públicas em determinados cenários. Por exemplo: quando a relação entre despesas e receitas da União for maior que 94%, entrarão em cena "gatilhos" para cortar gastos. Em estados e municípios que chegarem à relação de 95%, poderão ser acionados instrumentos como o veto à concessão de "aumento, reajuste ou adequação de remuneração de membros de Poder ou de órgão, de servidores e empregados públicos e militares, exceto dos derivados de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior ao início da aplicação das medidas".

A votação da PEC Emergencial pode ter início nesta quinta-feira 25. Como se trata de uma emenda constitucional, terá de ser aprovada em dois turnos para, em seguida, ser enviada à Câmara dos Deputados.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), tem sinalizado que, tão logo a PEC chegue à Casa, terá prioridade na tramitação e poderá ser aprovada em março. A proposta, no entanto, terá de passar primeiro pela Comissão de Constituição e Justiça.

Um minuto, por favor...

Obrigado por ter chegado até aqui. Combater a desinformação, as mentiras e os ataques às instituições custa tempo e dinheiro. Nós, da **CartaCapital**, temos o compromisso diário de levar até os leitores um jornalismo crítico, alicerçado em dados e fontes confiáveis. Acreditamos que este seja o melhor antídoto contra as fake news e o extremismo que ameaçam a liberdade e a democracia.

Se você acredita no nosso trabalho, junte-se a nós. Apoie, da maneira que puder. Ou assine e tenha acesso ao conteúdo integral de **CartaCapital**!

ASSINE E APOIE

ou, se preferir, **Faça uma Doação.**



LEONARDO MIAZZO
Editor do site de CartaCapital

COMPARTILHAR POSTAGEM